**11ª LEGISLATURA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**1º Período Ordinário de Sessões**

**ATA DA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 26 DE JUNHO DE 2024.**

Presidência da Sra. Vereadora Tânia Bastos, 1ª Vice-Presidente.

Às 14h15, em 2ª chamada, em ambiente híbrido, com a presença dos Srs. Vereadores Cesar Maia, Luciana Novaes, Paulo Pinheiro, Tânia Bastos e Teresa Bergher, assume a Presidência a Sra. Vereadora Tânia Bastos, 1ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Tendo sido constatada a falta de quórum para dar início aos trabalhos, a Presidência declara que não haverá Sessão Ordinária, de acordo com o art. 140, § 3º do Regimento Interno, e convoca Sessão Extraordinária para as 14h30, com a seguinte:

(LENDO)

**ORDEM DO DIA**

(INTERROMPENDO A LEITURA)

**11ª LEGISLATURA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**1º Período Ordinário de Sessões**

**ATA DA 30ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 26 DE JUNHO DE 2024.**

Presidência dos Srs. Vereadores Carlo Caiado, Presidente; e, a convite, Dr. Gilberto.

Às 14h30, em ambiente híbrido, com a presença dos Srs. Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Carlo Caiado, Carlos Bolsonaro, Celso Costa, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Marcos Paulo, Dr. Rogério Amorim, Edson Santos, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Jair da Mendes Gomes, Jorge Felippe, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Arar, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Matheus Gabriel, Monica Cunha, Pablo Mello, Paulo Pinheiro, Pedro Duarte, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rocal, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Tânia Bastos, Teresa Bergher, Thais Ferreira, Ulisses Marins, Vera Lins, Vitor Hugo, Waldir Brazão, Welington Dias, William Siri e Zico 46 (quarenta e seis), assume a Presidência o Sr. Vereador Carlo Caiado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Havendo número legal, “Invocando a Deus pela grandeza da Pátria e a paz entre os Homens, dou por aberta a Sessão”.

Passemos à Ordem do Dia.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, o nobre Vereador Dr. Rogério Amorim, que dispõe de três minutos.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Senhor Presidente, muito obrigado. Uma boa tarde. Eu vou ser muito rápido. Vou falar aqui, nobre Presidente, como médico, rapidamente.

Vai ter agora uma eleição para conselheiro do Conselho Federal de Medicina, e eu queria aqui prestar minha solidariedade e apoio ao Doutor Rafael Câmara, na Chapa 2, um médico que desempenha, com ética, profissionalismo e defesa da profissão e da população, exemplarmente, o cargo de conselheiro do CFM, e meu apoio incondicional à Chapa 2.

Eu sei que tem outras chapas, que tem alguns candidatos envolvidos com OS, com algumas outras vertentes políticas, mas o Doutor Rafael Câmara, ético, cobra a transparência dentro do Conselho Regional de Medicina e, sem dúvida nenhuma, merece o apoio. A comunidade médica e a sociedade carioca precisam mantê-la no CFM para que busque o comprometimento com a ética, com a lisura e, sobretudo, com o exercício da medicina de maneira correta, a fim de que a população seja beneficiada com isso. Então, o meu apoio à Chapa 2 e ao Doutor Rafael Câmara.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador.

Passemos à primeira matéria da pauta:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI Nº 2467/2023 DE AUTORIA DO VEREADOR DR. GILBERTO, QUE "DISPÕE SOBRE A CIRCULAÇÃO DE BICICLETAS ELÉTRICAS NAS CICLOVIAS, CICLOFAIXAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

\* Em caso de aprovação do PL 2467/2023, ficam PREJUDICADOS os PLs 1085/2015 e 1499/2022**.**

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

Para discutir, o nobre Vereador Pedro Duarte, que dispõe de 15 minutos.

O SR. PEDRO DUARTE – Senhor Presidente, boa tarde. Em nome do senhor, mais uma vez, quero cumprimentar a todos os vereadores, todas as vereadoras. Estávamos aqui conversando com o Vereador Dr. Gilberto, que nós temos uma emenda muito importante construída, inclusive, junto ao autor na questão do acelerador. Mais uma vez, trazendo aqui ao debate a questão da velocidade.

É importante termos o limite de circulação de velocidade nas ciclovias e ciclofaixas da nossa cidade. É importante o debate de quais são os modelos que cabem na ciclovia, ciclofaixa. Como já foi dito, esses ciclomotores, que na verdade são motos elétricas, que vão a 50 km/h ou 45 km/h, o que não tem condição de estar numa pista de deslocamento de bicicletas ou de pessoas, que normalmente são, inclusive, os modelos que sequer possuem o pedal, que a gente chama do pedal assistido.

E, aí, isso gerou uma reação num primeiro momento de se proibir os aceleradores. Mas, em diálogo com ele, nós pontuamos e mostramos que essas bicicletas são muito mais pesadas exatamente por elas terem uma bateria de lítio, por elas terem uma estrutura metálica. Então, elas precisam do acelerador para começar a pedalar, sobretudo quando falamos de algumas pessoas que podem ter menos força física, como idosos, mulheres, pessoas carregando filhos, netos, o que acontece bastante em alguma das ciclovias da nossa cidade.

E é por isso que estou aqui trazendo mais uma vez a debate esse ponto de que, na minha opinião, é fundamental que a gente possa tirar essa proibição do acelerador, porque ele é muito importante para o pleno desenvolvimento desse modal na nossa cidade, que tem crescido cada vez mais.

A gente tem visto o crescimento das bicicletas elétricas, lembrando, muita das vezes, uma bicicleta elétrica a mais, é um carro a menos, uma pessoa que deixa de circular na cidade de carro, poluindo, gerando trânsito, aumentando o engarrafamento. E ganha a opção de estar numa bicicleta, facilitando, deixando a nossa cidade mais organizada, mais limpa e menos engarrafada.

Então, queria mais uma vez aqui agradecer ao autor, Vereador Dr. Gilberto, pelo diálogo nessa matéria, que a gente pode construir uma emenda para retirar a proibição de acelerador, reconhecendo que eles, então, sejam autorizados, que a gente possa ter modelos de bicicletas elétricas com aceleradores, o que é, inclusive, 90 % do setor hoje. É muito difícil encontrar um modelo de bicicleta elétrica que não tenha acelerador.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – A Presidência vai só pedir um pouco de paciência a todos os senhores vereadores e vereadoras, conforme esse projeto é um projeto que já vem se discutindo há bastante tempo e o próprio Parlamento buscou um entendimento no qual o outro projeto do Vereador Dr. Gilberto foi para o arquivo e foi apresentado um novo com um texto que entra em um acordo que seja o melhor para a cidade da forma que rege, inclusive, a lei federal, tem uma emenda aqui que foi acordada e que falta a gente conferir as assinaturas das comissões para que o projeto não saia de pauta. Conforme a gente sempre busca aqui um consenso, eu vou suspender a sessão por 3 minutos somente para a gente poder confirmar aqui as assinaturas. Ok relacionado às assinaturas. Só por três minutos para a gente ter esse entendimento aqui.

(Suspende-se a Sessão às 14h45 e reabre-se às 14h58)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está reaberta a Sessão.

Em continuação da discussão.

A Presidência informa que recebeu Emenda nº 2, de autoria das Comissões, com o seguinte teor:

(LENDO)

**Emenda Nº 2**

**EMENTA :**

|  |
| --- |
| **Suprime inciso ll E altera redação do Art.4º do PL 2467/2023** |

Suprima-se o inciso ll e redija-se da seguinte forma o art.4º do Projeto de Lei 2467/2023:

Art. 4º Fica permitida a circulação nas ciclovias e ciclofaixas de bicicletas elétricas nas seguintes condições:

l - providas de sistema que garanta o funcionamento do motor somente quando o condutor pedalar ( pedal assistido);
ll - desenvolvam velocidade máxima de 25Km/h;
lll - potência nominal máxima de até 350 W; e
lV - estarem dotadas de:

a) sinalização noturna

b) campainha ou buzina

c) pneus em condições mínimas de segurança; e

d) pedal.

Plenário Teotonio Villela, 26 de setembro de 2023

VEREADOR DR. GILBERTO

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

VEREADOR DR. GILBERTO

Vice-Presidente

VEREADOR ÁTILA NUNES

Vogal

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS LIGADOS AO SERVIDOR PÚBLICO

VEREADOR JORGE FELIPPE

Presidente

VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA

Vogal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E TRÂNSITO

VEREADOR FELIPE MICHEL

Presidente

VEREADOR ALEXANDRE ISQUIERDO

Vice-Presidente

VEREADOR LUIZ RAMOS FILHO

Vogal

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

VEREADOR VITOR HUGO

Presidente

VEREADOR WILLIAM SIRI

Vice-Presidente

VEREADORA TAINÁ DE PAULA

Vogal

COMISSÃO DE HIGIENE, SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL

VEREADOR PAULO PINHEIRO

Presidente

VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO

Vice-Presidente

VEREADOR DR. JOÃO RICARDO

Vogal

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

VEREADOR MARCIO RIBEIRO

Vice-Presidente

VEREADOR ÁTILA NUNES

Vogal

COMISSÃO DO IDOSO

VEREADOR FELIPE MICHEL

Presidente

VEREADOR PAULO PINHEIRO

Vice-Presidente

VEREADOR PABLO MELLO

Vogal

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

VEREADORA ROSA FERNANDES

Presidente

VEREADOR ALEXANDRE BEÇA

Vice-Presidente

VEREADOR WELINGTON DIAS

Vogal

**Com o apoio dos Senhores** VEREADOR CARLO CAIADO, VEREADOR DR. MARCOS PAULO, VEREADOR MATHEUS GABRIEL, VEREADOR ROCAL, VEREADORA TERESA BERGHER

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Para encaminhar, o nobre Vereador Dr. Gilberto, por delegação de liderança do Bloco Juntos pelo Rio, que dispõe de três minutos.

O SR. DR. GILBERTO – Presidente, primeiramente, cumpre agradecer a paciência e a colaboração de Vossa Excelência, da Mesa Diretora e de todos os pares que assinaram a emenda do Vereador Pedro Duarte. É uma emenda que foi combinada comigo, é uma emenda que altera pouquíssimo o projeto, ou melhor dizendo, qualifica mais o projeto. E estou muito contente por a gente ter aprovado isso com 33 votos. Espero que hoje até tenhamos uma votação mais expressiva.

Hoje é um dia que a gente conseguirá – se Deus quiser! – dar adeus àquelas motonetas, àqueles ciclomotores, aos triciclos, àquelas coisas motorizadas de alta velocidade que vêm causando muito acidente nas ciclovias de nossa cidade.

Agradeço a todos, e encaminho favoravelmente à aprovação da emenda, contando com a ajuda de todos os pares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador Dr. Gilberto.

Em votação a Emenda de nº 1.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Carlo Caiado, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Rogério Amorim, Edson Santos, Eliseu Kessler, Jair da Mendes Gomes, Jorge Pereira, Luciana Boiteux, Luiz Ramos Filho, Marcelo Diniz, Marcio Santos, Monica Cunha, Paulo Pinheiro, Pedro Duarte, Rafael Aloisio Freitas, Tainá de Paula, Tânia Bastos, Teresa Bergher, Thais Ferreira, Ulisses Marins, Vitor Hugo, Waldir Brazão, Welington Dias, William Siri e Zico 27 (vinte e sete), não havendo voto contrário. Presentes e votando 27 (vinte e sete) senhores Vereadores).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes e votando SIM 27 (vinte e sete) senhores vereadores.

Aprovada.

Em votação o projeto assim emendado.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Carlo Caiado, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Rogério Amorim, Edson Santos, Eliseu Kessler, Jair da Mendes Gomes, Jorge Felippe, Jorge Pereira, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Diniz, Marcio Santos, Monica Cunha, Pablo Mello, Paulo Pinheiro, Pedro Duarte, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Tainá de Paula, Tânia Bastos, Teresa Bergher, Ulisses Marins, Vitor Hugo, Waldir Brazão, Welington Dias e Zico 31 (trinta e um), não havendo voto contrário. Presentes e votando 31 (trinta e um) senhores Vereadores).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes e votando SIM 31 (trinta e um) senhores vereadores.

O Projeto de Lei nº 2467/2023, assim emendado, está aprovado e segue à redação final.

Os Projetos de Lei nos 1085/2015 e 1499/2022, em anexo, ficam prejudicados e seguem ao arquivo, com base no art. 268 do Regimento Interno.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI Nº 2683/2023 DE AUTORIA DA VEREADORA VERA LINS, QUE “DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DA LIMITAÇÃO DE VIDA ÚTIL DOS VEÍCULOS UTILIZADOS NO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DE ALUGUEL A TAXÍMETRO E ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE VISTORIA FÍSICA ANUAL PARA VEÍCULOS COM MAIS DE 10 ANOS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

A SRA. TAINÁ DE PAULA – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, a nobre Vereadora Tainá de Paula, que dispõe de três minutos.

A SRA. TAINÁ DE PAULA – Como a Vereadora Vera Lins não está aqui e eu preciso dialogar com ela sobre uma emenda e apresentar esta emenda para os nobres...

O nome disso é racismo.

Inclusive, já agradeço aos nobres colegas que apoiaram a emenda que está sendo proposta. Eu gostaria de solicitar o adiamento por uma sessão para que seja feito o diálogo com a nobre Vereadora.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado. Submeto ao Plenário o pedido de adiamento da discussão da matéria por uma sessão.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

A discussão do Projeto de Lei nº 2683/2023 está adiada por uma sessão.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 2250/2023 DE AUTORIA DO VEREADOR DR. ROGÉRIO AMORIM, QUE "INCLUI A MARCHA PRÓ-VIDA NO CALENDÁRIO OFICIAL DA CIDADE CONSOLIDADO PELA LEI Nº 5.146/2010".

(INTERROMPENDO A LEITURA)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

O Projeto de Lei nº 2250/2023 está aprovado.

Dispensada a redação final, segue a autógrafo.

Registrando os votos contrários dos Vereadores Monica Cunha, Paulo Pinheiro, Edson Santos e Dr. Marcos Paulo.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1312/2022 DE AUTORIA DO VEREADOR VITOR HUGO, QUE "INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL REVIVA-RIO DE ACOLHIMENTO, TRATAMENTO, PREVENÇÃO, RECUPERAÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DE DEPENDENTES QUÍMICOS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

O Projeto de Lei nº 1312/2022 está aprovado.

Dispensada a redação final, segue a autógrafo.

A Presidência tem a honra de registrar a presença do sempre vereador e amigo, Professor Adalmir. Obrigado pela presença.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI Nº 66/2017 DE AUTORIA DOS VEREADORES FELIPE MICHEL E DR. CARLOS EDUARDO, QUE "PROÍBE A COBRANÇA DE PEDÁGIO NOS DIAS DE ELEIÇÕES NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

\*Incluído pelo Vereador Felipe Michel.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

(Os senhores vereadores registram os seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Carlo Caiado, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Marcos Paulo, Dr. Rogério Amorim, Edson Santos, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Jair da Mendes Gomes, Jorge Pereira, Luciana Novaes, Marcelo Diniz, Marcio Santos, Monica Cunha, Pablo Mello, Paulo Pinheiro, Renato Moura, Tainá de Paula, Teresa Bergher, Ulisses Marins, Vera Lins, Vitor Hugo, Waldir Brazão, Welington Dias e Zico 30 (trinta); e que votou NÃO o Senhor Vereador Pedro Duarte 1 (um). Presentes e votando 31 (trinta e um) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 31 (trinta e um) senhores vereadores. Votaram SIM 30 (trinta) senhores vereadores; NÃO 1 (um) senhor vereador.

O Projeto de Lei nº 66/2017 está aprovado.

Dispensada a redação final, segue a autógrafo.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 2716/2023 DE AUTORIA DO VEREADOR PEDRO DUARTE, QUE "DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DO
BAIRRO DO CENTRO DO RIO DE JANEIRO COMO BAIRRO IMPERIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

O Projeto de Lei nº 2716/2023 está aprovado.

Dispensada a redação final, segue a autógrafo.

A SRA. MONICA CUNHA – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, a nobre Vereadora Monica Cunha, que dispõe de três minutos.

A SRA. MONICA CUNHA – Boa tarde, meus nobres colegas. Quero fazer um pela ordem para a gente falar sobre os 10 anos do Nucora. O Nucora é um núcleo que existe na Defensoria Pública, que se chama Núcleo de Combate ao Racismo e Discriminação Étnico-Racial (Nucora). Enfim, como a gente sabe, a Defensoria Pública é um órgão público que defende toda a sociedade quanto aos direitos humanos. Ela tendo um núcleo exclusivo que dialoga diretamente com o que venho fazer aqui nesta Casa e nessa permanência, que conseguimos com pouco tempo da Comissão, é uma honra muito grande saudar a Defensoria e estar de fato tendo uma admiração por um órgão que faz um trabalho voltado para todos na sua integralidade.

Já houve diversos defensores à frente desse núcleo, mas eu quero parabenizar a Daniele Silva, que está à frente hoje. Todos que estiveram à frente desse núcleo foram defensores muito competentes.

Presidente, acho que nós, enquanto Casa de Leis e órgão público, devemos, de fato, admirar e fazer referência a esses órgãos quando fazem um trabalho – como nós – totalmente voltado para a sociedade. Então, parabéns à Defensoria e ao Nucora pelo trabalho.

É isso. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereadora.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 346/2024 DE AUTORIA DO VEREADOR ULISSES MARINS, QUE "CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO A MÁRCIO BRUNO CARVALHO DE OLIVEIRA".

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 346/2024 está aprovado.

Dispensada a redação final, segue à promulgação.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 352/2024 DE AUTORIA DA VEREADORA ROSA FERNANDES E DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO E DE EDUCAÇÃO QUE "CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO A PEDRO PAULO DE OLIVEIRA".

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 352/2024 está aprovado.

Dispensada a redação final, segue à promulgação.

Parabéns à Vereadora Rosa Fernandes, é o famoso Pedrinho.

Os senhores vereadores Carlo Caiado, Pedro Duarte, Alexandre Isquierdo, Paulo Pinheiro, Cesar Maia, Pablo Mello, Alexandre Beça, Dr. Gilberto, Eliseu Kessler e Teresa Bergher solicitaram coautoria do projeto.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1376/2019 DE AUTORIA DO VEREADOR RENATO MOURA, QUE "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS LOCADORAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DISPONIBILIZAREM AUTOMÓVEIS ADAPTADOS PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO".

EM ANEXO O PL Nº 2706/2023.

PARECER DA : Comissão de Justiça e Redação, Pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDAS DE Nº 1 A 3, Relator Ver. Inaldo Silva;
Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público PENDENTE;
Comissão de Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura PENDENTE;
Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência PENDENTE;
Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira PENDENTE.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

A Presidência convida o Vereador Paulo Pinheiro para emitir parecer pela Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público.

O SR. PAULO PINHEIRO – Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O parecer da Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público é favorável.

A Presidência convida o Vereador Jorge Pereira para emitir parecer pela Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura.

O SR. JORGE PEREIRA – O parecer é favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O parecer da Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura é favorável.

A Presidência convida o nobre Vereador Átila Nunes para emitir o parecer pela Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O SR. ÁTILA NUNES – O parecer é favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O parecer da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência é favorável.

A Presidência convida o nobre Vereador Dr. Rogério Amorim para emitir o parecer pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – O parecer é favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira é favorável.

O SR. PEDRO DUARTE – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, o nobre Vereador Pedro Duarte, que dispõe de três minutos.

O SR. PEDRO DUARTE – Presidente, em virtude de algumas emendas que estão entrando recentemente no projeto, é um projeto que, em minha opinião, merece ser bastante discutido, porque ele coloca uma obrigação considerável às empresas e locadores.

Gostaria de pedir o adiamento da discussão por uma sessão para que a gente possa ter mais tempo de dialogar com o autor sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Submeto ao Plenário o pedido de adiamento da discussão por uma sessão.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

A discussão do Projeto de Lei nº 1376/2019 está adiada por uma sessão.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

EM 1ª DISCUSSÃO

QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 600/2021 DE AUTORIA DA VEREADORA TAINÁ DE PAULA, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTA DE PROJETOS CULTURAIS FINANCIADOS COM RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE FOMENTO DIRETO OU INDIRETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECERES DA:

Comissão de Justiça e Redação Pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA DE N° 1, Relator Ver. Inaldo Silva;

Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público PENDENTE;

Comissão de Cultura, FAVORÁVEL COM EMENDA DE Nº 2, Relatora Ver. Monica Benicio;

Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática PENDENTE;

Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira PENDENTE.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

A Presidência convida a nobre Vereadora Teresa Bergher para emitir o parecer pela Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público.

A SRA. TERESA BERGHER – O parecer é contrário, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O parecer da Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público é contrário.

A Presidência convida o nobre Vereador Pedro Duarte para emitir o parecer pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática.

O SR. PEDRO DUARTE – O parecer é favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática é favorável.

A Presidência convida o nobre Vereador Edson Santos para emitir o parecer pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira.

O SR. EDSON SANTOS – O parecer é favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O parecer da Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira é favorável.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação a Emenda nº 1.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovada.

Em votação a Emenda nº 2.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovada.

Em votação o projeto assim emendado.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

O Projeto de Lei nº 600/2021, assim emendado, está aprovado e voltará em 2ª discussão, após a redação do vencido.

Registrando o voto contrário da Vereadora Teresa Bergher.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

EM 1ª DISCUSSÃO

QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI Nº 609/2021 DE AUTORIA DO VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, QUE "DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE VEICULAÇÃO DE MÚSICAS QUE DESVALORIZEM, INCENTIVEM A VIOLÊNCIA OU EXPONHAM AS MULHERES À SITUAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO, OU CONTENHAM MANIFESTAÇÕES DE PRECONCEITO DE QUALQUER ESPÉCIE, OU APOLOGIA AO USO DE DROGAS ILÍCITAS OU COMETIMENTOS DE CRIMES EM ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS E NAS SUAS PROXIMIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECERES DA:

Comissão de Justiça e Redação, Pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDAS DE N°S 1 A 5, Relator Ver. Inaldo Silva;

Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, FAVORÁVEL, Relator Ver. Jorge Felippe;

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, PENDENTE;

Comissão de Defesa da Mulher, PENDENTE;

Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente, PENDENTE;

Comissão de Prevenção às Drogas, PENDENTE;

Comissão de Segurança Pública, PENDENTE;

Comissão de Educação, PENDENTE;

Comissão de Assistência Social, PENDENTE;

Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, PENDENTE.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

A Presidência convida a Vereadora Teresa Bergher para emitir parecer pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos.

 A SRA. TERESA BERGHER – Presidente, meu parecer é favorável, mas em 2ª discussão. Vou conversar com o autor, ele precisa de uma emenda, porque está dando atribuições à escola sem que essas atribuições sejam dela. Ok?

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Ok. Obrigado.

O parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos é favorável.

A Presidência convida a Vereadora Luciana Boiteux para emitir parecer pela Comissão de Defesa da Mulher.

A SRA. LUCIANA BOITEUX – O parecer da Comissão de Defesa da Mulher é contrário, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O parecer da Comissão de Defesa da Mulher é contrário.

A Presidência convida o Vereador Jair da Mendes Gomes para emitir parecer pela Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente.

O SR. JAIR DA MENDES GOMES – Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O parecer da Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente é favorável.

A Presidência convida o Vereador Pablo Mello para emitir parecer pela Comissão de Prevenção às Drogas.

O SR. PABLO MELLO – Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O parecer da Comissão de Prevenção às Drogas é favorável.

A Presidência convida o Vereador Dr. Rogério Amorim para emitir parecer pela Comissão de Segurança Pública.

O SR. DR. ROGERIO AMORIM – Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O parecer da Comissão de Segurança Pública é favorável.

A Presidência convida o Vereador Marcio Santos para emitir parecer pela Comissão de Educação.

O SR. MARCIO SANTOS – Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O parecer da Comissão de Educação é favorável. Obrigado.

A Presidência convida o Vereador Dr. Gilberto para emitir parecer pela Comissão de Assistência Social.

O SR. DR. GILBERTO – Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O parecer da Comissão de Assistência Social é favorável. Obrigado.

A Presidência convida o Vereador Alexandre Isquierdo para emitir parecer pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira.

O SR. ALEXANDRE ISQUIERDO – Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira é favorável.

Em discussão.

Pela ordem, a nobre Vereadora Luciana Boiteux, que dispõe de três minutos.

A SRA. LUCIANA BOITEUX – Presidente, agora, finalmente. Eu queria consultar se o autor do projeto está aqui, porque, na verdade, é um projeto de maioria absoluta e a gente tinha combinado de dialogar sobre esse projeto, que tem alguns problemas. Vereadora Teresa Bergher também falou. Então, peço o adiamento da discussão da matéria por duas sessões, por favor.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Submeto ao Plenário o pedido de adiamento da discussão da matéria por duas sessões.

Os senhores vereadores que aprovam como estão.

Aprovado.

Solicitada verificação nominal de votação pelo Vereador Dr. Rogério Amorim.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a verificação nominal de votação, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Edson Santos, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Monica Cunha, Tainá de Paula e William Siri 6 (seis); e que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. Rogério Amorim, Jair da Mendes Gomes, Marcelo Diniz, Marcio Santos, Pedro Duarte, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rosa Fernandes, Tânia Bastos, Teresa Bergher, Ulisses Marins, Vitor Hugo, Waldir Brazão, Welington Dias e Zico 21 (vinte e um). Presentes 28 (vinte e oito) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votando 27 (vinte e sete) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 28 (vinte e oito) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votaram SIM 6 (seis) senhores vereadores; NÃO 21 (vinte e um) senhores vereadores.

O requerimento está rejeitado.

Em discussão.

Para discutir, a nobre Vereadora Monica Cunha, que dispõe de 15 minutos.

A SRA. MONICA CUNHA – Presidente, solicito o adiamento da discussão da matéria por uma sessão.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – A Presidência submete ao Plenário o requerimento de adiamento da discussão por uma sessão, de autoria da Vereadora Monica Cunha.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Solicitada verificação nominal de votação pelo Vereador Alexandre Isquierdo.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Encerrada a votação.

(Concluída a verificação nominal de votação, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Monica Cunha, Tainá de Paula e William Siri 5 (cinco). E que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. João Ricardo, Dr. Rogério Amorim, Felipe Michel, Jair da Mendes Gomes, Marcelo Diniz, Marcio Santos, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Tânia Bastos, Ulisses Marins, Vera Lins, Vitor Hugo, Waldir Brazão, Welington Dias e Zico 20 (vinte). Presentes 26 (vinte e seis) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votando 25 (vinte e cinco) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 26 (vinte e seis) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votaram SIM 5 (cinco) senhores vereadores; NÃO 20 (vinte) senhores vereadores.

O requerimento está rejeitado.

Para discutir, a nobre Vereadora Luciana Boiteux, que dispõe de 15 minutos.

 SRA. LUCIANA BOITEUX – Boa tarde, Senhor Presidente. Boa tarde, senhoras e senhores vereadores e vereadoras, quero saudar aqui as galerias também, todos que nos assistem que ainda acreditam nessa Casa. Quero saudar também todos aqueles que nos veem pelo YouTube. É muito importante a democratização do acesso aos debates aqui nessa Casa.

Em primeiro lugar, Senhor Presidente, eu queria registrar aqui a quebra de acordo, a quebra de acordo que foi feito no sentido de que se o autor do projeto não estivesse presente, o projeto fosse de maioria absoluta, esse projeto seria automaticamente adiado. E faço isso e reitero aqui ser lamentável essa quebra de um acordo, porque é o que acredito que uma Casa possa funcionar muito bem na base do diálogo e na base do cumprimento da palavra acordada. Mas pelo jeito a palavra de alguns aqui não está valendo.

Bom, por que eu pedi o adiamento desse projeto? Porque apesar das louváveis intenções de seu autor, com o qual eu gostaria de estar agora podendo debater, que esse autor pudesse vir aqui dialogar com a gente e explicar aqui o sentido desse projeto. Vejam: ele parte de uma premissa que escolas e educadores estivessem querendo sexualizar crianças e fazer apologia ao crime e às drogas. Ele é um projeto que parte de um pressuposto depreciativo do nosso quadro, dos trabalhadores de educação, dos servidores da educação aqui no Rio de Janeiro. Pois, vejam só, se a intenção aqui é proteger as crianças de abuso e sexualização, há vasta literatura, inclusive, apontando para a necessidade de educação integral nas escolas em relação à educação sexual, desde que sim com a faixa etária apropriada.

Nós sabemos que estatisticamente é nas casas, onde ocorre a maioria dos casos de abuso sexual. Eu comentava isso ontem, inclusive, quando falava da questão do acesso ao aborto legal. Nós sabemos por estatísticas confiáveis do fórum brasileiro de segurança pública, mas temos também os dados do relatório de 2022 da Fundação Abrinq de que em 68,7 dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, ou seja, na maior parte, o abuso ocorreu justamente no ambiente residencial, o que os especialistas colocam e estabelecem a nomenclatura da chamada violência intrafamiliar.

Pois bem, nesse sentido, o que nós deveríamos estar pensando nas escolas não é presumir que o fato de ser uma música ou outra ou o fato mesmo de presumir que educadores iriam colocar músicas, ou seja, que não teriam sido treinados, que teriam sido mal selecionados para estarem nas escolas é que poderia se presumir que eles fizessem esse tipo de conduta que quer ser proibida por esse PL.

Vejam: a ideia do PL é proibir a veiculação de músicas que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham às mulheres a situação de constrangimentos ou contenham manifestações de preconceito de qualquer espécie, ou, ainda, façam apologia ao uso de drogas ilícitas ou cometimento de crimes em escolas e creches municipais, nas suas proximidades. Essa proibição é determinada a todos os agentes públicos.

É nesse sentido que eu queria muito dialogar aqui com esta Casa. Será que nós estamos efetivamente pensando em proteger as nossas crianças, ou estamos querendo atacar os nossos educadores, colocando-os numa posição de exposição, como que presumindo que isso aconteceria todos os dias nas escolas? Não seria um proselitismo para fazer pactuação com agendas conservadoras, para criar um pânico moral, partindo de um acontecimento, inclusive que foi comentado aqui nesta Casa? É para isso que o diálogo e a construção coletiva – e o alerta para o autor do projeto – têm que ser feitos nesse momento.

O que mais eu posso trazer de alerta para vocês? Vejam, sempre que temos uma proposta pedagógica – e eu visito escola toda semana, não sei se a maioria dos vereadores aqui costuma frequentar as nossas escolas, mas as escolas fazem muitas ações de combate à violência contra a mulher. É a Lei Maria da Penha, é toda uma lógica de você poder, dentro do processo pedagógico, trabalhar com livros didáticos, trabalhar com projetos, com programas que incentivem as crianças e que as orientem contra qualquer tipo de preconceito, bem como as iluminem contra possíveis abusos. Mas nós sabemos que muitas vezes, as professoras, quando vão dar aulas e tratam da violência contra a mulher, muitas delas são acusadas de doutrinação. E, vejam bem, hoje em dia, nem a dona Maria da Penha, que deu nome à nossa Lei 11.340/2006, que é a lei de combate à violência contra a mulher; nem a farmacêutica Maria da Penha está sendo respeitada.

Eis que Maria da Penha está sendo alvo de grupos de ódio na Internet, por algo parecido com um Brasil Paralelo, que eu não sei nem o que é, mas deve ser uma coisa muito ruim, pois são grupos organizados na Internet para atacar e ameaçar uma senhora que está tetraplégica, vítima de duas violências seguidas, causadas por seu ex-marido. A realidade das mulheres, hoje em dia, é não estarmos seguras em nenhum dos espaços, e nem a Lei Maria da Penha é seguida. Mas o que se aprende desse projeto é que não se trata de um diploma que traz no seu escopo uma proposta de pedagogia de orientação aos estudantes, mas traz, simplesmente, presunção e proibição de músicas.

Eu estou imaginando o próximo projeto, que vai ser proibir livros ou censurar livros. Pois bem, ainda com aquele nomezinho que gostam muito de falar, mais uma *fake news*: vão dizer “ideologia de gênero” e vão tentar perseguir profissionais da educação falando isso.

Mas outro aspecto que também nos chama atenção neste projeto de lei é que ele fala apenas em apologia a drogas ilícitas. E eu acho que aqui temos que pensar numa emenda. Se for para falar de drogas ilícitas, temos que falar contra drogas lícitas também. Aliás, o maior percentual de abuso de substâncias, inclusive por adolescentes, segundo os dados do SUS, é o abuso de drogas lícitas.

Portanto, se tiver uma música incentivando as crianças a beber, essa música não será alvo de nenhuma crítica na escola. E vejam também, é muito importante dizer que a maioria dos óbitos foi causada pelo uso do álcool, em segundo lugar pelo fumo e em terceiro lugar, apenas por 1.18%, por demais substâncias psicoativas.

Nós entendemos que - e eu, como professora, em especial, trago aqui esse acúmulo de sala de aula – seria mais produtivo estarmos discutindo formas saudáveis de lidar com esses enfrentamentos com que as crianças, especialmente na adolescência, se deparam, com esses desafios, como falar sobre educação sexual, falar sobre drogas, falar sobre uma cultura.

Hoje, cada vez que os adolescentes recebem mais informação e usam muito um celular, leem pouco, não é, Vereadora Monica Cunha?

A gente devia estar falando assim como dialogar melhor com os nossos jovens para criarmos uma juventude que possa estar, de forma saudável, lidando com os desafios comuns à adolescência. A experimentação sexual, isso é saudável desde que seja feito com uma orientação, com apoio da família e com apoio da escola, mas a lógica desse projeto é simplesmente falar em punição e em música para fazer proselitismo, é isso que está me incomodando nesse projeto, e entendo que ele precisa ser parcialmente emendado. Por isso que eu estou provocando aqui, e pedi o adiamento, achando que os colegas iriam seguir a palavra acordada, mas não foi o caso.

Seguirei aqui, nesses meus minutos, comentando ainda sobre esse projeto para dizer o seguinte: outro debate importante que a gente tem que fazer nas escolas é como reduzir a gravidez na adolescência. O que nós vemos, nas nossas escolas, são meninas que abandonam justamente os estudos porque precocemente, muito antes dos 14 anos, engravidam. É muito ruim que esse tema...

Estou falando de gravidez na adolescência, um tema importantíssimo, mas que eu não estou conseguindo ser ouvida aqui. Vou pedir para parar meu tempo, Presidente, para pedir para... Eu não estou conseguindo falar, sabe, Presidente Caiado? Quero pedir para segurar um pouquinho o meu tempo, porque está muito barulho, por favor. Obrigada.

Nesse sentido, também quero dizer que a gente aqui tinha que estar falando não de tentar punir professores, presumindo que músicas atentatórias tenham... que elas atinjam as nossas crianças. Nós precisamos investir em prevenção, em educação...

Por fim, o que eu acho muito importante... Nós entendemos que precisamos falar sobre isso, precisamos ouvir especialistas. Acho que valeria a pena fazer uma audiência pública aqui para tratar disso, para trazer os especialistas das escolas para entender qual é a lógica desse projeto. Pena que o autor não está aqui presente para poder explicar para nós.

Nesse sentido, vemos com muitas restrições esse projeto, por entender que ele, apesar de muito bem intencionado, baseia-se em uma ideia de tentar aparecer, no sentido do pânico moral e social, e não consegue atender às demandas reais das nossas escolas, das nossas crianças, especialmente dos nossos adolescentes. Então, nós vamos encaminhar propostas de mudanças e emendas, e não temos hoje como votar favoravelmente a esse projeto, por entender que ele precisa de muito aperfeiçoamento, pedindo vênia ao autor do projeto, com o qual eu espero dialogar em 2ª discussão.

Obrigada, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereadora Luciana Boiteux.

A SRA. MONICA CUNHA – Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para discutir, a nobre Vereadora Monica Cunha, que dispõe de três minutos.

A SRA. MONICA CUNHA – Mais uma vez, boa tarde aos meus colegas, mas o que eu não fiz da primeira vez foi agradecer a todos que vieram aí. É sempre muito importante a gente ver o povo dentro da Casa do Povo, reivindicando os seus direitos. Então, muito obrigada a todos vocês pela presença.

A gente, de fato, tem que pegar essa cultura de estar dentro desta Casa todos os dias para que a gente veja como é que estão andando os processos que nós escolhemos colocar, porque quem bota essas pessoas aqui dentro somos nós.

Presidente, eu quero aqui começar agradecendo... Não é nem agradecendo, mas, assim, não posso deixar de parabenizar o autor desse projeto, o meu colega Dr. João Ricardo, porque a preocupação dele é a nossa preocupação. A gente também não quer e não vai admitir, de maneira nenhuma, que exista, dentro de sala de aula, nenhuma aula, nenhuma cultura que seja discriminar mulheres, discriminando toda uma vida, desvalorizando toda uma vida, toda uma cultura que a gente leva anos para que as pessoas entendam o quanto de valor tem.

Então, a gente jamais vai querer uma coisa dessas, uma exposição, fazendo uma exposição absurda da mulher, fazendo uma exposição absurda de uma cultura que não tem nenhum conteúdo agregador. Mas a gente tem que ter cuidado também, quando a gente pede essas coisas, porque são dois pesos e duas medidas. De repente, isso pode tomar um vulto, e aí o que a gente fica cultuando e pedindo que as crianças tenham mais informação, que as crianças, desde cedo, saibam o que estão fazendo, até mesmo pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que não deixa de ser uma lei que torna aquele ser, que tem pouca idade, mas que tem o direito de dizer o que é bom para ele, para a vida.

Então, a gente sabe que existem muitos falando, dialogando com o que eu faço aqui sobre a cultura negra, sobre a população negra. Quem está dentro dessas escolas públicas, principalmente do Ensino Fundamental, são crianças negras, crianças de favela, que, por si só, a gente sabe que as informações já demoram muito a chegar. A gente sabe que tem esses *slams*, a gente sabe que tem esses grupos racionais, a gente sabe que tem músicas que relatam diretamente o seu cotidiano. Está correto, não está errado a gente jogar para fora daquele espaço o que a gente vive para as pessoas deixarem de achar o que é bom a partir do seu olhar e do seu querer, e sim a partir de uma realidade. Por esse motivo que a comissão está aí: a partir de um olhar e de um querer real da sociedade.

Eu acho que esse projeto necessita de emendas, não tenho nenhuma dúvida disso, para ele não abrir direto e a gente causar problemas: amanhã estará proibindo esse educador, de fato, de fazer o seu trabalho. A gente está vendo a maioria desses educadores hoje ensinar a partir das músicas de funk, o que acho excelente: está chamando atenção, está trazendo mais o público, então a gente tem que ter cuidado, tem que saber. Não dá para a gente dizer nem sim nem não, numa coisa fechada, e que amanhã a gente possa se arrepender muito.

Terminando a minha fala. Falar em informação, falar em saber, isso é para a vida. Se a gente não criar um ser humano que seja crítico para a sua vida, a gente vai criar robôs que, de fato, venham a dizer amém para esses tipos de situações que a gente não quer. Então, a gente tem que criar seres humanos críticos. O saber é o motor disso acontecer. Então, tenho certeza de que as emendas nesse projeto são para ontem, e eu me disponho totalmente a fazer. Porque obviamente da forma como está, se a gente levá-lo, amanhã teremos problemas sobre isso.

 Obrigada.

(Assume a Presidência o Sr. Vereador Dr. Gilberto, a convite)

O SR. DR. JOÃO RICARDO – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Para discutir, o nobre Vereador Dr. Rogério Amorim, que dispõe de 15 minutos.

Dr. João Ricardo, o senhor quer discutir? O senhor quer se inscrever para discussão?

O SR. DR. JOÃO RICARDO – Isso, quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Ok.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Obrigado.

Senhor Presidente, nobres vereadores, aqueles que nos acompanham: eu vou começar essa fala esclarecendo: primeiro, o Dr. João Ricardo está na sessão; segundo, que é importante, o autor do projeto... E eu conclamo os colegas que avaliem isso, não é um projeto do Partido Liberal, não é um projeto do Dr. Rogério Amorim, não é isso. O projeto é do Dr. João Ricardo. O Dr. João Ricardo, que, entre suas características, de fato não está o fascismo, ser um fascista, um taxista, um taxonomista, nada disso, ele é um vereador de centro, digamos assim, como se gosta de falar aí.

Eu quero que os nobres colegas que, por vezes, no correr da Sessão, nobre Vereador Marcio Santos, eu quero que Vossas Excelências imaginem seus filhos e imaginem que esse projeto versa sobre educação municipal, cuja responsabilidade é a pré-escola e o ensino fundamental, ou seja, criança de seis meses aproximadamente até o início da adolescência, 15 anos, 16 anos. Então, imaginem os seus filhos.

O projeto diz o seguinte: “Fica proibida a veiculação de músicas que desvalorizem, incentivem a violência, ou exponham as mulheres à situação de constrangimento, ou contenham manifestações de preconceito de qualquer espécie, ou ainda façam apologia ao uso de drogas ilícitas ou ao cometimento de crimes em escolas e creches municipais e nas suas proximidades”. É isso, acabou.

Não, não tem mais. É isso, esse é o projeto, nobre Vereador Eliseu Kessler.

Parece que tem gente aqui que quer pornografia, que quer incentivo à droga, que quer incentivo ao aborto, que quer incentivo ao tráfico de drogas, porque o projeto diz isso, simples. Não é o que queremos para os nossos filhos.

É porque infelizmente, vereadores, tem gente que tem sua plataforma política em cima disso, da apologia à droga, da apologia ao tráfico. Eu não estou...

Presidente, por favor.

Se tem uma coisa que me deixa satisfeito são as vaias de onde vêm. Eu adoro. Da plateia que vem eu fico regozijado com tal vaia. Eu ficaria triste se viessem palmas, mas vamos lá.

Continuando, esse público gosta, afinal de contas, instalar o caos e a desgraça é a semente dos seus eleitores. Querem apologia à droga, querem, sim, defender o consumo, o tráfico, porque o que foi feito no STF e defendido aqui é simplesmente a apologia ao tráfico. Afinal de contas, libera-se o consumo de algo que é proibido e é comprado no tráfico. É simples assim, não vende em padaria. Está se incentivando a ir comprar droga no morro. É isso. Ou pode sair daqui e comprar na padaria?

É um debate que vai muito além disso. Esse projeto versa sobre isso. Só que não querem porque gostam de “mitar”. O projeto não é meu. Gostam de “mitar” colocando pornografia, colocando funk para criança de pré-escola. Não estou falando que são adolescentes, não, são crianças que consideram arte cavalo taradão.

O SR. ALEXANDRE ISQUIERDO – Um aparte, Vereador Dr. Rogério Amorim, por favor.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Claro, por favor.

O SR. ALEXANDRE ISQUIERDO – Só para deixar registrado aqui, quero parabenizar a iniciativa do Vereador Dr. João Ricardo com esse projeto de lei.

Eu estava vendo aqui, provavelmente esse projeto de lei foi motivado por causa da apresentação naquela escola municipal do cavalo taradão. Só para relembrar, porque eu acho que é importante, uma parte dessa música que foi uma apresentação cultural paga com dinheiro público, que diz: “Olha o cavalo voltando, olha o cavalo, olha o cavalo no cio. Cavalo taradão. Vem mulher, vem galopando que o cavalo tá gostando. Cavalo ficou danado, galopa de frente, galopa de lado”.

Eu acho que isso é uma temática, a gente está aqui preservando esse tipo de apresentação, Vereador Felipe Michel, nas nossas escolas. Preserva a mulher, Vereadora Tainá de Paula, desse tipo de constrangimento em uma música, para as nossas adolescentes, e preserva as nossas crianças.

Eu acho que a ideia do Vereador Dr. João Ricardo é muito boa. Não há, em momento algum, querer prejudicar o servidor, até porque, depois desse fato lamentável acontecido na escola municipal, eu até acredito queas diretoras das escolas, as professoras estão um tanto quanto mais atentas a qualquer tipo de apresentação.

Então, eu acho que é um trabalho de proteção aos nossos adolescentes, às nossas crianças. E, de fato, não tem como ter um tipo de apresentação, com uma música dessas, como várias músicas que têm apologia à droga lícita ou não lícita. Eu acho também que tem que preservar. Tem que ter segurança e privar tipo de música que venha promover drogas lícitas.

Concordo também, mas eu acho que o projeto é tão simples. O objetivo é proteger as mulheres e as nossas crianças. Ele ainda tem que debater ainda mais e ainda quer emendar o projeto. Então, só para ressaltar aqui a sua fala e parabenizar o Vereador Dr. João Ricardo pela iniciativa; que a gente vote e que a gente aprove esse projeto de lei ainda hoje.

Obrigado.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Obrigado, nobre Vereador Alexandre Isquierdo. Eu ia falar justamente que essa questão dos servidores, de maneira nenhuma, é para prejudicá-los. O que não pode é prejudicar a formação de nossas crianças. Até porque um servidor que se predispõe... Eu estou com algumas músicas aqui, nobre Vereador Alexandre Isquierdo, que eu tenho vergonha de ler aqui para adultos. Eu tenho vergonha de ler a letra da música para adultos, e eles querem para crianças. Qual é a lógica disso?

Não faz absolutamente sentido nenhum, mas faz parte da ideologia desses partidos, que é a de doutrinar as crianças. E o desespero deles: eles usam armas e subterfúgios, porque já viram que a sociedade não quer mais isso. Eles tentam artifícios através do Supremo. Eles tentaram legalizar o aborto e viram que não conseguiram. Agora, fizeram uma manobra para legalizar o consumo e o tráfico de drogas e viram que vão sair derrotados, porque o Congresso vai derrotar. É isso, só que eles têm medo e começam a taxação.

Dr. João Ricardo, o Senhor, daqui a pouco, vai ser chamado de fascista, “taxista”, todos os “istas”. É isso: é a doutrinação das crianças. O medo dessa ideologia é a emancipação da população. Eles têm medo que as crianças não dependam mais das suas esmolas, que eles não consigam mais lavar o cérebro das crianças, como lavaram de alguns que estão ali em cima. Então, eles têm medo disso. Eles estão com medo de acabar com seus currais eleitorais. Então, eles querem “cavalo taradão”, sim.

Eu conclamo aos Vereadores desta Casa que não permitam isso. O projeto não é meu. O projeto é do Dr. João Ricardo, e é um projeto simples, que apenas proíbe a exaltação à violência, às drogas, à pornografia, à objetificação das mulheres, tornar as mulheres objetos sexuais. É isso o que esse projeto proíbe.

Só que, infelizmente, a bancada não quer isso. Eles querem continuar o “cavalo taradão”, o ataque às instituições, a destruição da família, a exaltação à violência. É isso e nós não vamos permitir. Então, eu conclamo o voto favorável a esse projeto e, desde já, nobre Vereador Dr. João Ricardo, além de parabenizar, eu solicito coautoria. Pelo voto “sim”.

O SR. FELIPE MICHEL – Um aparte, por favor?

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Por favor.

O SR. FELIPE MICHEL – Nobre Vereador Dr. Rogério Amorim, eu queria endossar as suas palavras e, também, as belas palavras do Vereador Alexandre Isquierdo. E dizer que a gente não pode recuar um minuto nisso, quanto ao que está acontecendo nas escolas municipais. A gente viu, conforme o Vereador Alexandre Isquierdo e o Vereador Dr. Rogério Amorim falaram, tudo por conta do “cavalo taradão”.

Aquilo ali foi uma indecência, imoral, um desrespeito. Eu quero dizer o seguinte: às vezes, os diretores e os professores querem coibir e nem podem. Então, esse projeto do Vereador Dr. João Ricardo, a quem eu já solicito coautoria, é fundamental, porque dá tranquilidade, não só para a Prefeitura, mas para os diretores, os professores, para a gente não admitir aqui, no Rio de Janeiro, o que eles querem implementar: “cavalo taradão”, promiscuidade, baixaria e indecência para nossas crianças e nossos jovens. Então, o voto favorável e peço coautoria ao projeto.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Excelente fala, nobre Vereador Felipe Michel, e o que eu estou querendo é dar tranquilidade aos nossos filhos, aos pais, para que possam mandar os seus filhos para escola sem pornografia. É o que eu falei, o medo deles é a independência dessas crianças, de não se tornarem lobotomizadas no futuro, logo, fazerem parte do seu curral eleitoral.

Voto SIM a este projeto e solicito coautoria. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. DR. JOÃO RICARDO – Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Para discutir, o nobre Vereador Dr. João Ricardo, que dispõe de 15 minutos.

O SR. DR. JOÃO RICARDO – Muito boa tarde a todos.

Primeiro, quero agradecer as palavras do Vereador Dr. Rogério Amorim, e essa definição muito me cabe. Eu, realmente, não sou taxista, taxonomista, fascista, nazista – não sou. Eu costumo, inclusive, acompanhar o PSOL, e sou muito criticado por isso, em várias das ideias que a bancada tem. Agradeço as palavras da Vereadora Monica Cunha e não me recuso a debater o projeto, muito menos a emendar. A Vereadora Luciana Boiteux deu uma ideia muito boa, de incluir neste projeto as drogas lícitas, como cigarro e bebidas alcoólicas. Tenho muitos problemas com álcool na minha família e seria muito interessante.

Eu só lamento as palavras da Vereadora Luciana Boiteux que invertem a retórica. Ela cria uma retórica invertida no sentido de que nós vamos constranger os servidores. Muito pelo contrário, o “cavalo taradão” não foi uma unanimidade, ele constrangeu muitos servidores, sim. E esta lei traz mais segurança às diretoras e aos servidores que não compactuam com esse tipo de retórica. Não queremos, em nenhum momento, proibir livros, não queremos. Queremos proibir livros inapropriados para a idade que versem sobre política de gênero e sobre sexualização inadequada. E deixo para os educadores decidirem isso. Não queremos proibir o trabalho de ninguém.

Deixe-me citar uma lei aqui que muito constrangeu a todos nós, simplesmente para analisar a retórica criada pela Vereadora Luciana Boiteux, a Doutora Luciana. Há pouco tempo, houve crimes terríveis contra a mulher por médicos, o que ensejou uma lei que proíbe o exame com anestesia sem que a paciente feminina tenha a presença de um acompanhante. Isso é uma lei. E, segundo a Vereadora Luciana Boiteux, parte-se do princípio de que todos nós, médicos- cirurgiões, somos estupradores. Não é verdade. Essa lei, na realidade, foi criada para coibir abusos de alguns maus profissionais. Não estou querendo aqui fazer uma comparação dessas condutas, não estou. Mas estou simplesmente dizendo que essa lei me constrangeu porque, como médico-cirurgião, jamais me passou pela cabeça tal absurdos como aqueles que aconteceram recentemente. Mas eu dou à sociedade a liberdade de temer e tentar se proteger de alguma maneira.

Então, é isso que estamos fazendo.

A bancada do PSOL tem mulheres muito fortes, mulheres que trabalham muito na questão do feminismo e na defesa dos direitos da mulher. E eu duvido muito que a Vereadora Luciana Boiteux concorde com letras de músicas que, de fato, diminuem muito a condição da mulher, que efetivamente são uma vergonha, como disse o Vereador Dr. Rogério Amorim – são uma vergonha para nós, adultos.

Essa do cavalo galopando, essa do “desce, desce, desce, bota, bota, bota”, isso é um absurdo. E eu acho que as mulheres do PSOL deveriam trabalhar mais essa retórica, deveriam proibir mais essas músicas, no lugar de dizer que é tranquilo, que pode na escola, que pode na rua. Não, essas músicas diminuem a mulher e colocam as mulheres em posição de objeto sexual.

Está ouvindo, Presidente? Está conseguindo me ouvir?

O SR. ALEXANDRE ISQUIERDO – Estamos lhe ouvindo, Vereador Dr. João Ricardo.

O SR. DR. JOÃO RICARDO – Então, eu agradeço muito o pedido dos colegas que querem ser coautores. Não vou me opor às emendas que os colegas queiram fazer. E vamos votar hoje em 1ª e discutir em 2ª. Eu só queria lamentar a fala da Vereadora Luciana Boiteux, agradecer a fala da Vereadora Monica Cunha que entendeu o projeto mesmo querendo emendá-lo. E estaremos expostos aí.

Muito obrigado.

A SRA. THAIS FERREIRA – Para discutir o projeto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Para discutir, a nobre Vereadora Thais Ferreira, que dispõe de 15 minutos.

A SRA. THAIS FERREIRA – Boa tarde, Presidente. Obrigada pela palavra. Boa tarde, vereador e autor do projeto, Dr. João Ricardo. Boa tarde a todos os parlamentares que me antecederam, às pessoas que nos assistem pela Rio TV Câmara.

Acho que esse é um debate muito importante e fico contente até de saber que temos tantos vereadores na Casa interessados em discutir sobre educação sexual desde a infância, porque esse projeto versa sobre esse tema que é um tema que precisa ser aprofundado a partir das bases técnicas que já existem na nossa legislação, principalmente à luz do ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente que já criminaliza o constrangimento. O ECA já visa proteger as nossas crianças de qualquer exposição vexatória.

E é importante sim que as nossas crianças saibam desde cedo se valorizar. É importante sim que as nossas crianças – meninos e meninas – saibam que a objetificação não é uma prática que beneficia ninguém na nossa sociedade. É importante sim que a gente tenha um debate muito sério e aprofundado sobre a questão de saúde pública das drogas lícitas e ilícitas. E, sim, a ferramenta cultural, a ferramenta da música, a ferramenta da arte é uma ferramenta pedagógica que pode ser usada de forma lúdica, desde a primeira infância, de forma adequada, pra que as nossas crianças possam estar protegidas.

Eu, como Presidente da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente, tenho por obrigação fazer essa fala. Uma pena que seja um movimento de escuta muito esvaziado, já que o que eu venho trazer aqui é um conhecimento que já deveria ser de domínio de todos os vereadores e vereadoras que têm essa vontade, esse lugar de mérito de fazer propostas para a proteção dos direitos da criança e do adolescente. Um projeto como esse tem sim um mérito muito benéfico pra toda sociedade. A gente precisa mais uma vez proteger as nossas crianças de todo e qualquer conteúdo que seja violador, não só dos seus corpos, mas também das suas mentes. O que a gente não pode é utilizar esse projeto e principalmente utilizar a seriedade dos direitos de criança e adolescente como um debate político esvaziado, ideológico e, principalmente, imprimir uma lógica punitivista na educação.

O que a gente não precisa em um ambiente educativo é a lógica de criminalização e de punição. Aprender não tem que estar ligado a nenhum tipo dessa prática. A gente está falando de um momento essencial. O vereador aqui cita os equipamentos públicos como creches, espaços de desenvolvimento infantil onde, na primeira infância, a gente sabe que é a principal janela de oportunidade pra que as crianças tenham melhores chances de futuro. E, sim, tudo que a criança consome, tudo que a criança absorve nesse período da vida vai fazer diferença pela sua vida inteira.

É nesse momento que a criança precisa ser apresentada a práticas, conteúdos que sejam, de fato, desenvolvedores de forma saudável da sua existência. Isso não tem acontecido justamente por conta de um debate que não beneficia, não salva vidas e nem protege criança nenhuma. Muitas vezes, infelizmente, aqui temos leis importantes que são colocadas em um debate ideológico esvaziado mesmo. Falaram aqui em lobotomizar, em pleitos de palanque eleitoral, em lavagem cerebral.

É muito sério o que a gente está falando aqui. Se a gente quer tratar de dispor sobre a proibição, a veiculação de conteúdos sejam ele musicais, de vídeos que desvalorizem, que incentivem a violência ou que exponham mulheres à forte constrangimento, a gente tem que ter um legislativo municipal comprometido com a base disso tudo. Cadê, gente, a gente tendo aqui vereadores que defenderam com a gente o programa de combate ao feminicídio? Cadê a gente tendo aqui vereadores que defenderam junto da gente a questão sim de termos cartazes afixando sobre o direito legal ao aborto pra quem precisa do aborto?

É um debate que é muito mais complexo e começa na primeira infância. São as nossas crianças, Vereador Felipe Michel, de zero a quatro anos, infelizmente, que sofrem a maior parte das violências dentro de casa. O principal abusador é um pai, um tio ou uma tia. E muito provavelmente não é na escola que ela está sendo exposta a um conteúdo que a violenta, é dentro de casa. Cadê a gente pensando junto sobre uma educação parental e sexual que emancipe, que garanta a liberdade pra nossas crianças desde cedo?

A gente, infelizmente, perde tempo com um debate aqui que não leva ninguém... A gente fica no lado A, no lado B, da oposição, da posição, em conservadores... E as crianças a cada três horas, no nosso município, sofrendo com a violência física, com a violência sexual, em segundo lugar, e a maior parte desse momento acontece de forma intrafamiliar.

O espaço da escola, o espaço da creche, o espaço da educação deve, sim, ser livre para a construção do aprendizado e ser livre é estar livre de qualquer violência também, porque a violência ela aprisiona, ela mata.

E a violência pode, sim, estar contida num conteúdo audiovisual, pode estar, sim, contida em qualquer tipo de conteúdo que seja exposto à criança ali. Mas existem debates anteriores e eu gostaria de convocar as senhoras e os senhores para que a gente tivesse a mesma responsabilidade e o mesmo comprometimento para subir nesta Tribuna e defender, porque a gente precisa garantir de forma adequada e segura a educação para a justiça sexual e reprodutiva de meninos e meninas desde cedo.

Infelizmente, todos estão imersos na cultura do estupro. Infelizmente, a exposição acontecendo, em qualquer lugar que seja, vai levar, sim, meninos, num futuro muito próximo, a serem potenciais estupradores e, num futuro muito próximo, ainda mais cedo, meninas a serem as potenciais estupradas.

A cultura precisa proteger as crianças, mas a censura, a criminalização e a punição não levam a gente a lugar nenhum. O que leva a gente à emancipação e autonomia dos corpos de mulheres de meninos e meninas é a construção de um debate pautado com a responsabilidade de quem sabe, sim, versar sobre leis como essas aqui, que são leis importantes. O ECA já prevê tudo isso e não permite que crianças sejam expostas.

Tivemos um vereador cassado até por isso: ele expôs uma criança a uma situação de constrangimento, veiculada à objetificação do seu corpo. Tivemos o exemplo e aprendizado nesta Casa de Leis. Então, por que não estamos nos comprometendo com esse debate de forma complexa? Estou rememorando porque temos acúmulos aqui que nos levam a trazer esse debate.

Estou rememorando porque a gente precisa aprender com a história que estamos escrevendo. E a história que estamos escrevendo juntos e juntas pode ser, sim, a história do Legislativo que foi comprometido com a saúde das nossas crianças. E saúde é, sim, a possibilidade de desenvolvimento de forma saudável da sexualidade, a partir daquilo que é adequado.

E o desenvolvimento dessa educação sexual é sobre as crianças saberem o limite dos seus corpos, que independente de estarem expostos ou não a qualquer tipo de conteúdo, elas mesmas terão autonomia para poder denunciar para os seus pais, porque a gente sabe muito bem que denunciar que foi exposto a um conteúdo violento, a um conteúdo constrangedor, a um conteúdo sexual na infância é algo muito difícil. As crianças ainda não sabem verbalizar. As crianças ainda não têm adultos de confiança, infelizmente, nas suas próprias casas para fazerem essas denúncias.

Então, a gente tem responsabilidade, sim, de criar mais ferramentas de proteção como essa, tem o mérito de ser criada, tem o desejo do vereador que já expressou. Que bom que o vereador está aberto para que sejam discutidas emendas para melhorar o projeto, mas também para que a gente possa aprofundar o debate a partir dos marcos legais que já existem sobre os direitos da infância. E, aí, eu vou ter que falar, mais uma vez, sobre o ECA, que já garante que é crime expor qualquer criança e adolescente ao constrangimento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Para discutir, o nobre Vereador Edson Santos, que dispõe de 15 minutos.

O SR. EDSON SANTOS – Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores, eu entendi, quando do acordo para viabilizar as sessões extraordinárias, que seriam sessões para a gente votar e não discutir.

Então, para que isso ocorra, é preciso que os projetos sejam aceitáveis para o conjunto de vereadores aqui dessa Casa – fato que não está acontecendo. Até porque a polêmica é um sinal de que o projeto não deveria ser objeto de uma sessão extraordinária, o que acaba prejudicando àqueles que vêm aqui para ver seu projeto votado na Câmara.

Então, eu quero primeiro salientar isso. Segundo, dizer que, principalmente em relação ao autor, Vereador Dr. João Ricardo, que não há nenhuma...

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Vereador Edson Santos, um aparte. Houve uma combinação entre todos os vereadores de transformar a sessão ordinária em extraordinária para antecipar o horário e a gente poder votar quase todos os projetos em pauta, que é de interesse de todos.

Então, por isso que os projetos hoje votados em Extraordinária têm alguns com alguma complexidade. Por isso que se está facultando todas às discussões, apenas para esclarecer.

O SR. EDSON SANTOS – Perfeito, Presidente, mas o bom senso orientaria a não fazê-lo dessa forma.

Eu quero registrar que não há uma oposição à ideia em si, mas há preocupação, de minha parte, em relação aos detalhes, que eu são os detalhes que nos levam à estrada para o inferno.

Essa questão de não ter músicas que incitam violência e estimulam a sexualidade de crianças é uma questão já pacificada entre nós – isso eu garanto, Vereador Dr. Rogério Amorim, Vereador Felipe Michel, eu garanto a Vossas Excelências. A questão do “cavalo taradão”, todos nós aqui repudiamos, todos nós, então não é isso que se está discutindo, embora tenha animado o autor desta matéria a apresentá-la, mas houve uma condenação unânime aqui na Câmara em relação a atos daquela natureza.

Portanto, não tem como querer imputar à esquerda a defesa de algo que nós já manifestamos nossa opinião aqui na Casa. Outro dado que eu acho que é importante, do detalhe “na escola ou nas proximidades”. O que é uma proximidade de uma escola, qual é o limite? Qual é o limite?

Então, quando se solicita discutir essa matéria, não precisa ser exceção, mas agendar uma conversa sobre a matéria para aperfeiçoá-la com esse objetivo, porque querer empurrá-la goela abaixo dos vereadores vai levar a que tenhamos uma posição contrária.

Eu acho que o adequado e o recomendável, já que queremos produzir uma lei que vá servir à população, que esse coletivo aqui, parte do coletivo que se interessar por essa matéria, tenha a oportunidade de dialogar com os demais vereadores, com o autor da mesma, sobre os detalhes, os detalhes.

O outro ponto que eu queria aqui colocar é a questão das proximidades. Têm alguns aqui que não falam, mas criminalizam o funk, assim como criminalizavam, no passado, o samba. Então, vamos admitir essa postura preconceituosa com a cultura popular. E eu quero lembrar aos senhores que o samba foi proibido durante um bom tempo no Brasil. Tem até o Samba do Donga, o primeiro samba gravado, que diz que o chefe da polícia, pelo telefonema, mandou avisar que não vai haver samba.

No entanto, hoje, o samba está consolidado e entra na casa das elites deste país. E o mesmo eu diria do funk: qual é o filho dos senhores que não gosta de ouvir funk? Qual é o filho dos senhores que não ouve funk e não canta funk? Até mesmo o Vereador Dr. Rogério Amorim, caladinho, distante do papai, vai lá e fica ouvindo funk.

Acho que há um excesso de rigor na elaboração da lei. O autor diz que é na escola e nas proximidades. Na proximidade pode ser 100 m, pode ser 500 m, pode ser 1 km, ao sabor do comissário de plantão. Por isso, eu coloco seguinte: Vereador João Ricardo, vamos promover aqui na Câmara um encontro, debate entre vereadores sobre essa matéria. Se quiseres, poderemos chamar especialistas no tema para que a gente possa produzir algo consolidado, distante dessa ideologia de intolerância que tem marcado o comportamento de alguns vereadores aqui nessa Casa. Então, era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

A Presidência submete ao plenário a proposta de votação em bloco das Emendas de nos 1 a 5.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Para encaminhar, a nobre Vereadora Teresa Bergher, líder do PSDB, que dispõe de três minutos.

A SRA. TERESA BERGHER – Senhor Presidente desta sessão, demais colegas vereadores e vereadoras, eu acho que o Vereador Edson Santos, quando finalizou a sua fala, ele foi muito feliz. Eu acho que o projeto precisa ser discutido sim. Não vamos aqui dizer que o projeto é ruim. O projeto é bom.

É bom, mas ele precisa ser discutido, ele precisa de emendas, após essa discussão. Porque é absolutamente incompatível com uma escola, qualquer escola, qualquer instituição de ensino, conteúdos que de alguma forma venham a contribuir até na formação da personalidade do aluno. Por outro lado, nós temos que entender também que o que eu vi em relação à punição é absurdo. São multas completamente absurdas. Acho que a punição, a punição se é do aluno, se o infrator é o aluno, ela deve obedecer ao regimento escolar, à disciplina escolar. Quando é do corpo docente, não pode ser da escola. E mesmo do aluno a escola não tem estrutura para fazer, para realizar, para efetivar essa punição.

Quando se trata do corpo docente, é evidente que também não pode ser na escola, ela tem que ser analisada, ela tem que ser o professor ou técnico do estabelecimento de ensino, ele deverá se submeter há uma discussão, a uma disciplina das próprias secretarias. É uma questão administrativa também.

Acho que o projeto, como eu já disse, ele tem que ser mais bem discutido. Ele não foi discutido o suficiente. Acho que se partiu aqui da história do cavalo taradão e só se fala nisso. Acho, sim que se coloque, mas acho que nós temos que discutir, Vereador, acho que nós temos obrigação de discutir a matéria com mais profundidade.

Como eu disse no início da minha fala, emendas nós precisamos aprender a discutir, apresentar emendas e então trazer o projeto ao Plenário. O que não podemos é aprovar, mesmo em 1ª discussão. Eu sou contrária, não estou desmerecendo o projeto. Houve uma excelente ou boa intenção, acredito eu, do autor, mas não dá para votar.

Por último, Senhor Presidente, eu também não poderia deixar passar em branco que eu quero parabenizar o nosso Presidente Carlo Caiado pela iniciativa em promover a Praça da Cidadania, que é muito, muito importante. As comissões estavam lá mostrando o quanto elas contribuem, o quanto elas trabalham, porque trabalho tem, só não trabalha quem não quer. Então, eu acho que o nosso Presidente tem que ser realmente elogiado por essa iniciativa que nunca aconteceu antes. E que esta Praça da Cidadania se repita muitas vezes.

Por último, quero dizer e pedir ao nosso Presidente também que me ajude a colocar em prática uma lei de minha autoria, que prevê que a estação do VLT Cinelândia se chame Ricardo Boechat, este grande jornalista que tanto contribuiu com a imprensa, que tanto contribuiu com a sociedade da nossa cidade.

Muito obrigada, Senhor Presidente. Era isso que eu tinha a acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Para encaminhar, o nobre Vereador Dr. Rogério Amorim, líder do PL, que dispõe de três minutos.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Presidente, rapidamente, gostaria de colocar dois pontos.

Se tiver alguma emenda que seja feita, nós podemos aprovar em 1ª e 2ª discussões, e que se coloque alguma emenda que seja para melhorar o projeto, efetivamente.

Agora, o que me causa estranheza, nobre Vereador Edson Santos, é que, quer dizer então, se não for nas proximidades da escola, se não for dentro das escolas, o senhor quer determinar o limite onde nós possamos fazer apologia a drogas ilícitas, ao cometimento de crime e ao constrangimento de mulheres? Para mim, isso tinha que ter abrangência em todo território. Ia ser uma um ganho para a cidade. Eu não vejo nenhuma vitória ou ganho para a sociedade constranger mulheres, preconceitos de espécies ou apologia ao uso de drogas ilícitas, ao acometimento de crimes na Cidade do Rio de Janeiro. Não vejo problema nenhum.

Então, encaminho favoravelmente. Votem sim a esse projeto de fundamental importância para a Cidade do Rio de Janeiro. Sobre alguma emenda pontual, Vereadora Teresa Bergher, nós podemos entrar em 2ª discussão.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Para encaminhar, o nobre Vereador Edson Santos, líder do PT, que dispõe de três minutos.

O SR. EDSON SANTOS – Vereador Dr. Rogério Amorim, Vossa Excelência está virando especialista em tergiversar. Todo mundo entendeu o que eu falei, menos o Vereador Dr. Rogério Amorim, que talvez tenha dificuldade com interpretação de texto.

Eu quero colocar que esse projeto está dirigido às escolas. Às escolas. E quando eu falo da questão da proximidade, quando ele fala “próximo à escola”, é fundamental se estabelecer o que é próximo, qual a distância, para que a escola, evidentemente, seja preservada. Então, não adianta Vossa Excelência querer nos imputar uma postura de intolerância sobre a matéria. Ao contrário, eu fiz uma fala aqui de diálogo, mas como Vossa Excelência não conhece a palavra diálogo, Vossa Excelência entende que aqui é um campo de batalha e que quem senta do lado de cá tem que ser anulado, tem que ser calado. Vossa Excelência não considera isso. Foi exatamente em relação a esse tipo de postura que fiz a minha fala: a minha fala chamando ao diálogo o autor da matéria e todos os vereadores interessados.

Então, meu encaminhamento é nessa direção, e vamos aos votos.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Em votação o Bloco de Emendas de nos 1 a 5.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Carlo Caiado, Celso Costa, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Rogério Amorim, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Jair da Mendes Gomes, Jorge Felippe, Luciana Novaes, Marcelo Arar, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Matheus Gabriel, Monica Cunha, Pablo Mello, Pedro Duarte, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Tainá de Paula, Teresa Bergher, Ulisses Marins, Vitor Hugo, Welington Dias e Zico 28 (vinte e oito); e que votou NÃO o Senhor Vereador Edson Santos 1 (um). Presentes e votando 29 (vinte e nove) senhores vereadores)

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Presentes 29 (vinte e nove) senhores vereadores. Votaram SIM 28 (vinte e oito) senhores vereadores; NÃO 1 (um) senhor vereador.

O bloco de emendas está aprovado.

Em votação o projeto assim emendado.

(Os senhores vereadores registram os seus votos)

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Carlo Caiado, Celso Costa, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Rogério Amorim, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Jair da Mendes Gomes, Jorge Felippe, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Matheus Gabriel, Pablo Mello, Pedro Duarte, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rosa Fernandes, Ulisses Marins, Vera Lins, Vitor Hugo, Waldir Brazão, Welington Dias e Zico 26 (vinte e seis); e que votaram NÃO os Senhores Vereadores Luciana Novaes e Tainá de Paula 2 (dois). Presentes e votando 28 (vinte e oito) senhores vereadores)

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Presentes 28 (vinte e oito) senhores vereadores. Votaram SIM 26 (vinte e seis) senhores vereadores; NÃO 2 (dois) senhores vereadores.

O Projeto de Lei nº 609/2021 está aprovado e voltará em 2ª discussão, após a redação do vencido.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Para declaração de voto, a nobre Vereadora Tainá de Paula, que dispõe de três minutos.

A SRA. TAINÁ DE PAULA – Obrigada, Presidente, pela palavra. Quero dialogar com Vereador Dr. João Ricardo, que historicamente sempre propõe matérias relevantes, importantes aqui para o debate. Quero, inclusive, falar da minha estranheza em relação a esta matéria, porque não é do feitio do parlamentar construir, usar da pauta de costumes, da pauta moral, que tem sido muito utilizada nesta Tribuna, enfim, neste Plenário, principalmente pela extrema direita.

E quero dialogar aqui com o Vereador Dr. Rogério Amorim, principalmente ele e o Carlos Bolsonaro, que trazem muito essa discussão aqui para Casa, que essa Legislatura conseguiu avançar na legislatura anterior. Eu quero, principalmente, falar com o Vereador Dr. Rogério Amorim, ele não era vereador ainda, eu acompanhava esta Casa pelo mandato da parlamentar Marielle Franco. E foi esta Casa de Leis que retirou a palavra gênero do Plano Municipal de Educação, causando, inclusive, um grande comprometimento da redação final do Plano Municipal de Educação, causando uma fragilidade extrema na aplicação de recursos sobre os gêneros alimentícios nas merendas escolares da cidade.

E quero reforçar mais: esse tipo de matéria, Vereador Dr. João Ricardo, toma, consome o nosso Plenário, consome a nossa discussão, consome o nosso debate. É uma matéria inconstitucional. Porque quem versa sobre o Plano de Educação, quem versa sobre a matéria pedagógica da cidade são os professores. Essa matéria será vetada pelo município.

Então, usar o erário público, usar tempo público, recurso público para a gente discutir uma matéria que, em minha opinião, apenas ajuda a construir o falso discurso dos falsos conservadores, porque eu conheço, inclusive, o Parlamentar Dr. Rogério Amorim de longa data, e sei que ele tem um personagem sobre a pauta de costumes, a pauta moral aqui da cidade.

E quero informar mais, quero, na verdade, retificar a informação do Vereador Dr. Rogério Amorim. Como a minha avó bem fala: “quem fala a verdade não merece castigo”. O debate do STF também versa, por exemplo, sobre a maconha medicinal, sobre o canabidiol. O senhor é médico, o senhor é neurocirurgião, o senhor trata pacientes com paralisia, inclusive paralisia infantil, deveria saber que tem pessoas, milhares de pessoas esperando a descriminalização da maconha, esperando o acesso irrestrito ao canabidiol.

Eu quero, Vereador Dr. Rogério Amorim, que o senhor tenha respeito às falas que fez, quando recebeu o seu diploma, quando esteve neste Parlamento ganhando o seu certificado como Vereador. Porque um parlamentar falar mentiras, falar contrário ao povo é, de fato, muito desqualificado, e nós não vamos permitir isso.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI Nº 1441/2022 DE AUTORIA DO VEREADOR MARCIO SANTOS, QUE "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS EMPRESAS TRANSPORTES POR APLICATIVOS DE MOBILIDADE URBANA, CADASTRADAS NO MUNICÍPIO, DE ADICIONAR UMA NOVA FERRAMENTA NA INTERFACE QUE PERMITA AOS PASSAGEIROS DO SEXO FEMININO OPTAR POR REALIZAR O CHAMADO DE MOTORISTAS DO MESMO SEXO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECERES DA:
Comissão de Justiça e Redação, Pela CONSTITUCIONALIDADE, Relator Ver. Inaldo Silva;
Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, PENDENTE;
Comissão de Transportes e Trânsito, PENDENTE;
Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, PENDENTE;
Comissão de Defesa da Mulher, PENDENTE;
Comissão de Segurança Pública, PENDENTE.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

O SR. MARCIO SANTOS – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Pela ordem, o nobre Vereador Marcio Santos, que dispõe de três minutos.

O SR. MARCIO SANTOS – Solicito o adiamento da discussão da matéria por uma sessão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – A Presidência submete ao Plenário o requerimento de adiamento da discussão da matéria por uma sessão.

Os senhores veadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

A discussão do Projeto de Lei nº 1441/2022 está adiada por uma sessão.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1592/2022 DE AUTORIA DO VEREADOR ALEXANDRE ISQUIERDO, QUE "DECLARA A CULTURA EVANGÉLICA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL E CULTURAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO".

PARECERES DA :
Comissão de Justiça e Redação, Pela CONSTITUCIONALIDADE, Relator Ver. Dr. Gilberto;
Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, PENDENTE;
Comissão de Cultura, PENDENTE.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Para emitir parecer pela Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, a Presidência convida o nobre Vereador Pedro Duarte.

O SR. PEDRO DUARTE – Senhor Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – O parecer da Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público é favorável.

A Presidência convida o Vereador Edson Santos para emitir parecer pela Comissão de Cultura.

O SR. EDSON SANTOS – Senhor Presidente, o parecer é contrário.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – O parecer da Comissão de Cultura é contrário.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

O Projeto de Lei nº 1592/2022 está aprovado e voltará em 2ª discussão.

Registrando voto contrário do Vereador Edson Santos.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI Nº 1618/2022 DE AUTORIA DO VEREADOR WELINGTON DIAS, QUE "ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 3.222, DE 2001, NA FORMA QUE MENCIONA".

PARECERES DA:
Comissão de Justiça e Redação, Pela CONSTITUCIONALIDADE, Relator Ver. Dr. Gilberto;
Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, PENDENTE;
Comissão de Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura, PENDENTE;
Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira, PENDENTE.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

A Presidência convida o Vereador Marcio Santos para emitir parecer pela Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público.

O SR. MARCIO SANTOS – Senhor Presidente, primeiro quero dizer que o senhor fica elegante nessa cadeira.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – O parecer da Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público é favorável.

A Presidência convida o Vereador Marcio Santos para emitir parecer pela Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura.

O SR. MARCIO SANTOS – Senhor Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – O parecer da Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura é favorável.

A Presidência convida o Vereador Alexandre Isquierdo para emitir parecer pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira.

O SR. ALEXANDRE ISQUIERDO – Senhor Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – O parecer da Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira é favorável.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

O SR. MARCIO SANTOS – Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Para encaminhar, o nobre Vereador Marcio Santos, líder do PV, que dispõe de três minutos.

O SR. MARCIO SANTOS – Presidente, gostaria de solicitar o adiamento da votação da matéria por uma sessão, em consonância com o autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – A Presidência submete ao Plenário pedido de adiamento da votação da matéria por uma sessão.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

A votação do Projeto de Lei nº 1618/2022 está adiada por uma sessão.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1647/2022 DE AUTORIA DOS VEREADORES DR. CARLOS EDUARDO E ROCAL, QUE "ESTABELECE A POLÍTICA MUNICIPAL DE INCENTIVO AO ECOTURISMO (PMIE) E O CONSELHO MUNICIPAL COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS NO ÂMBITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO".

PARECERES DA:
Comissão de Justiça e Redação, Pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA DE Nº 1, 2, 3 E 4, Relator Ver. Inaldo Silva;
Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, PENDENTE
Comissão de Meio Ambiente, PENDENTE
Comissão de Turismo, PENDENTE
Comissão de Assuntos Urbanos, PENDENTE
Comissão de Trabalho e Emprego, FAVORÁVEL, Relator Ver. William Siri;
Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, PENDENTE
Comissão de Esportes Lazer e Eventos, PENDENTE
Comissão de Cultura, FAVORÁVEL, Relator Ver. Edson Santos;
Comissão de Ciência Tecnologia Comunicação e Informática, PENDENTE
Comissão de Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura, PENDENTE
Comissão dos Direitos dos Animais, PENDENTE
Comissão Municipal de Defesa do Consumidor, PENDENTE
Comissão de Transportes e Trânsito, PENDENTE
Comissão de Obras Públicas e Infraestrutura, FAVORÁVEL, Relator Ver. Welington Dias;
Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira, PENDENTE

(INTERROMPENDO A LEITURA)

A Presidência convida o Vereador Dr. Rogério Amorim para emitir parecer pela Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Senhor Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – O parecer da Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público é favorável.

A Presidência convida a Vereadora Monica Cunha para emitir parecer pela Comissão de Meio Ambiente.

A SRA. MONICA CUNHA – Senhor Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – O parecer da Comissão de Meio Ambiente é favorável.

A Presidência convida o Vereador Pablo Mello para emitir parecer pela Comissão de Turismo.

O SR. PABLO MELLO – Senhor Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – O parecer da Comissão de Turismo é favorável.

A Presidência convida a nobre Vereadora Tainá de Paula para emitir parecer pela Comissão de Assuntos Urbanos.

A SRA. TAINÁ DE PAULA – Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – O parecer da Comissão de Assuntos Urbanos é favorável.

A Presidência convida o nobre Vereador Paulo Pinheiro para emitir parecer pela Comissão de Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social.

O SR. PAULO PINHEIRO – Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – O parecer da Comissão de Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social é favorável.

A Presidência convida o nobre Vereador Marcio Santos para emitir parecer pela Comissão de Esportes, Lazer e Eventos.

O SR. MARCIO SANTOS – Presidente, antes de tudo, convido os senhores vereadores para a Feijoada do Marcio Santos, no domingo.

Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – O parecer da Comissão de Esportes, Lazer e Eventos é favorável.

A Presidência convida o nobre Vereador Pedro Duarte para emitir parecer pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática.

O SR. PEDRO DUARTE – Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – O parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática é favorável.

A Presidência convida o nobre Vereador Pablo Mello para emitir parecer pela Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura.

O SR. PABLO MELLO – Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – O parecer da Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura é favorável.

A Presidência convida a nobre Vereadora Monica Cunha para emitir parecer pela Comissão dos Direitos dos Animais.

A SRA. MONICA CUNHA – Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – O parecer da Comissão dos Direitos dos Animais é favorável.

A Presidência convida o nobre Vereador Pedro Duarte para emitir parecer pela Comissão Municipal de Defesa do Consumidor.

O SR. PEDRO DUARTE – Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – O parecer da Comissão Municipal de Defesa do Consumidor é favorável.

A Presidência convida o nobre Vereador Dr. Rogério Amorim para emitir parecer pela Comissão de Transportes e Trânsito.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – O parecer da Comissão de Transportes e Trânsito é favorável.

A Presidência convida o nobre Vereador Pablo Mello para emitir parecer pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira.

O SR. PABLO MELLO – Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – O parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira é favorável.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

A Presidência submete ao Plenário a proposta de votação em bloco das Emendas nos 1 a 4.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Em votação o Bloco de Emendas nos 1 a 4.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Em votação o projeto assim emendado.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

O Projeto de Lei nº 1647/2022, assim emendado, está aprovado e voltará em 2ª discussão, após a redação do vencido.

O SR. MARCIO SANTOS – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Pela ordem, o nobre Vereador Marcio Santos, que dispõe de três minutos.

O SR. MARCIO SANTOS – Gostaria de solicitar verificação de quórum, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Solicitada verificação de quórum pelo nobre Vereador Marcio Santos.

(Os senhores vereadores registram suas presenças)

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Está encerrada a verificação de quórum.

(Concluída a verificação de quórum, constata-se a presença dos Senhores Vereadores Alexandre Beça, Carlo Caiado, Dr. Gilberto, Luciana Boiteux, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Matheus Gabriel, Monica Cunha, Pablo Mello, Paulo Pinheiro, Pedro Duarte, Tainá de Paula, Thais Ferreira e Vera Lins 15 (quinze))

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Presentes 15 (quinze) senhores vereadores.

Não há quórum para dar continuidade aos trabalhos.

A Presidência, antes de encerrar, convoca Sessão Ordinária para amanhã, dia 27 de junho, às 14 horas. A Ordem do Dia é a designada anteriormente.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h56).